

# REAÇÃO NORTE-AMERICANA DIANTE DA CONSTRUÇÃO DAS ILHAS ARTIFICIAIS CHINESAS

Alexandre Cesar Cunha Leite<sup>1</sup>  
Renally Késsia Paiva Nascimento<sup>2</sup>  
Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann<sup>3</sup>

## RESUMO

---

O presente artigo objetiva compreender até que ponto a construção de ilhas artificiais chinesas afetam os interesses geopolíticos dos Estados Unidos para o sudeste do mar da China. Nele defende-se que essas construções, somadas à política de poder naval empreendida desde 2012 pelo governo de Xi Jinping, ameaçam o monopólio do poder marítimo norte-americano e o controle de uma das principais rotas comerciais e energéticas do mundo.

**Palavras-Chave:** Geopolítica. Estados Unidos. China. Sudeste do mar da China.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais/Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011), Professor Adjunto DE da Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: alexccleite@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (2014). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UEPB, Bolsista CAPES e membro do Grupo de Estudos e pesquisa em Ásia Pacífico (GEPAP/UEPB/CNPq). E-mail: renallynascimento@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2007). Professor Doutor C DE da Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: prlkuhlm@gmail.com

## INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos anos, o sudeste do mar da China tem despontado como uma das áreas geoestratégicas mais relevantes do mundo. Sua geografia, marcada por numerosas ilhas, longas costas e vias navegáveis, deixa-a em uma posição privilegiada, tanto em termos econômicos quanto estratégicos (CÁCERES, 2014; GOLDSTEIN e MANSFIELD, 2012).

O sudeste do mar da China, portanto, é a principal rota comercial e militar que liga o oceânico Índico ao Pacífico Ocidental. Marcada por *chokepoints*<sup>4</sup> e por ilhas que, apontadas como bases estratégicas mundiais, torna a região foco de projeção de poder marítimo e mundial para quem a controlar (MAHAN, 1897).

Nesse sentido, o que se destaca na dinâmica geopolítica da região e, conseqüentemente, nas diversas disputas vigentes, são as disputas pela soberania dos territórios marítimos, em especial, pelo domínio de duas ilhas estratégicas: Paracel e Spratly. O jogo de conquista desses arquipélagos é uma marca da região e, até os dias atuais, influi diretamente nas delimitações políticas, estratégicas e comportamentais dos países. A importância dessas ilhas vai desde a sua concentração de reservas energéticas, passando pela garantia da manutenção das rotas comerciais, até a sua utilidade como ponto de apoio de projeção militar para o controle de todo o mar do sudeste asiático e da possibilidade de extração de elementos naturais em suas águas profundas.

Por conseguinte, os Estados Unidos (EUA) têm buscado se posicionar como ator externo preponderante para a manutenção do *status quo* do sudeste do mar da China. Seus interesses, mais do que econômicos, são geoestratégicos. Washington é uma “ilha continental” que, no pós-Guerra Fria, assumiu o monopólio do poder marítimo mundial. No entanto, tal como previu Halford John Mackinder, a mudança do centro de poder mundial do atlântico para a Ásia, somado ao crescimento de um poder naval de uma potência asiática, pode ser uma fonte potencial de ameaça à posição hegemônica norte-americana (MELLO, 1999). É por este motivo que os EUA atuam no sudeste do mar da China, a saber: buscar vias de impedir o surgimento e o crescimento do poder chinês.

---

<sup>4</sup> Termo estratégico que remete a espaços estreitos onde diversos atores tendem a passar em direção a áreas mais abertas.

No entanto, em 2015, os temores norte-americanos ganharam forma com a construção de ilhas artificiais pela China nas ilhas Spratly. Desde meados de 2012, a China vem modificando sua política nacional objetivando tornar-se uma potência marítima regional. Seguindo os princípios da teoria do poder naval do almirante americano Alfred T. Mahan, o governo de Ji Jinping tem se empenhado em fortalecer sua força marítima no âmbito da região do sudeste asiático. Apesar de a utilidade das ilhas artificiais ainda não ser totalmente clara, é difícil não ignorar sua correlação com a estratégia naval de Pequim, uma vez que esse projeto reforça a presença militar na região e aumenta a possibilidade de projeção de poder sobre todo o mar do sudeste asiático.

Nesse contexto, o presente artigo visa compreender até que ponto a construção de ilhas artificiais chinesas afetam os interesses geopolíticos dos Estados Unidos para sudeste do mar da China, aumentando a capacidade estratégica marítima chinesa.

No mais, o texto está dividido em três partes: na primeira parte será abordada a geopolítica do sudeste do mar da China e sua influência na dinâmica política e estratégica dos atores da região. Por conseguinte, será apresentado como se deu a construção das ilhas artificiais chinesas e sua correlação com os interesses geopolíticos de Pequim. A última seção apontará a reação norte-americana frente às construções de Pequim e como essas afetam seus interesses estratégicos para a região.

## A GEOPOLÍTICA DO SUDESTE DO MAR DA CHINA

O sudeste do mar da China é atualmente uma das áreas de maior relevância geopolítica no jogo regional e mundial. O perfil estratégico dessa região está correlacionado a quatro eventos específicos: a assertividade<sup>5</sup> dos países da região nas disputas pelos territórios marítimos; o crescimento econômico exponencial da região; a ênfase no crescimento militar chinês, por meio da política de “poder naval”, no governo de Xi Jinping e a retomada

---

<sup>5</sup> O termo “assertividade”, neste artigo remete a ações intimidadoras, geralmente ligadas ao campo militar, para forçar os outros reclamantes a mudarem suas ações nas disputas. Geralmente esse comportamento é caracterizado pelo aumento da presença militar nas ilhas em disputa e por declarações oficiais ligadas ao aumento da força militar do país. No caso da China, sua assertividade também é expressa por “ações simbólicas” (propagandas midiáticas; incitação do nacionalismo; constrangimentos econômicos à outros países; discursos políticos; aumento da movimentação dos navios de pesca chineses; aumento da infraestrutura nas porções de terras já dominadas pela China, entre outros).

do olhar estratégico de potências como Estados Unidos e Japão<sup>6</sup> para a região.

Segundo Majid (2012), nem todos os aspectos geopolíticos do Sudeste Asiático são novos. Olhando para a história da região, observa-se que o peso da geografia na delimitação dos alinhamentos, interesses e estratégias sempre foi relevante. Como destaca Kapila (2012), o sudeste asiático foi o “centro da atenção estratégica” durante o período colonial. Durante a Segunda Guerra Mundial serviu como palco do poder nipônico, atravessando o período da Guerra Fria como tabuleiro da disputa por zonas de influência, entre a aliança comunista composta por União Soviética, Vietnã do Norte e China contra Vietnã do Sul e Estados Unidos. Enquanto no Pós-Guerra Fria, o cenário foi marcado por um “vazio de poder” na região, uma vez que os EUA – então poder unipolar – passou a direcionar seus esforços para outras áreas como os Balcãs, na década de 1990, e o Oriente Médio, nos anos 2000. O baixo perfil da região no sistema internacional foi quebrado em meados de 2007, com a escalada de comportamentos assertivos entre os países que o integram, bem como seu desmontamento econômico e de recursos naturais.

O sudeste do mar da China é composto por quatro disputados grupos de ilhas<sup>7</sup>: Spratly (*Nansha*), Paracel (*Xisha*), Prata (*Dongsha*) e Macclesfield Bank (*Zhogsha*). As ilhas Spratly são compostas por mais de 200 ilhotas, recifes e bancos de areia, localizadas ao sul do mar da China; as Paracel são compostas por 15 ilhas, bancos de areia e recifes divididos em *Crescent group* e *Amphitrite group*, ao noroeste; o grupo Paracel é composto por duas ilhotas e bancos de areia ao norte; e o Macclesfield Bank é um recife de corais submersos. A maior parte dessas ilhas são pequenas, remotas e inabitadas, sendo apenas visitadas por pescadores.

---

<sup>6</sup> Num período de pouco menos de um mês antes da redação deste texto, o Japão levou a cabo a discussão do Artigo 9º da sua constituição que tratava da possibilidade do país voltar a ter exército ativo (e não mais exclusivo para suas ações em operações de paz) e voltar a realizar investimentos na sua capacidade militar.

<sup>7</sup> Observa-se que, a maior parte dos grupos de ilhas do sudeste do mar da China não são, *de facto*, ilhas (SCHOFIELD, 2009). Segundo a Convenção do Direito do Mar das Nações Unidas (1982), em seu artigo 121 (1), é considerada “ilha” toda porção de terra ou rocha (essa considerada uma subcategoria de ilha) que esteja acima da maré alta e seja cercada por água. Devido à complexidade geográfica do grupo de ilhas do sudeste do mar da China em ser classificado como ilhas ou não, o termo “ilhas”, neste artigo é usado no sentido de “recursos de terras” formadas naturalmente (submersas ou não) cercadas pelo mar, e não no sentido legal.

Boa parte dessas ilhas e seus respectivos entornos já foram ou são controladas por algum país reclamante<sup>8</sup>, por meio de contestações de soberania. A complexidade derivada dessas contestações e motivações de soberania torna a região “uma das áreas mais disputadas do mundo”, segundo Schofield (2009, p. 7).

A razão dessa disputa histórica no sudeste do mar da China está relacionada a interesses estratégicos e econômicos. Em termos geográficos, o sudeste do mar da China está localizado em uma das rotas marítimas mais relevantes e procuradas no mundo (ZHOU, 2015). Em outras palavras, a rota comercial que atravessa os arquipélagos das ilhas Spratly e Paracel é responsável por interligar o leste da Ásia, até África e Europa, auxiliando em um terço no fluxo do comércio marítimo mundial (MORAES, 2015). Não só isso, a sua importância também repousa no papel como rota crucial no transporte de recursos naturais como petróleo, gás natural, para países como China, Japão e Coreia do Sul (ZHOU, 2015).

Outro fator que deve ser somado aos cálculos geopolíticos da região diz respeito aos recursos energéticos, que sempre dialogaram com o desenvolvimento e geopolítica dos Estados, de forma que o uso desses recursos garantiria benefícios econômicos, políticos e sociais para os Estados<sup>9</sup> (CÁCERES, 2014). Dessa forma, o crescimento dos países do sudeste do mar da China está atrelado ao elevado consumo de recursos naturais, em especial, o da China. De forma a diminuir essa dependência energética, alguns dos países da região tem olhado as ilhas Spratly como alternativa principal. Além da proximidade geográfica, esse arquipélago é tido como reservatório significativo de recursos naturais, principalmente petróleo, o que tem aumentado as preocupações regionais em termos da segurança energética (SCHOFIELD, 2009). Cáceres (2014, p. 33), por sua vez, argumenta que: *“Control of oil and gas brings power. Power provides a complete sense of security. Security, both from external and internal threats, is a prerequisite to prosperity and stability”*.

---

<sup>8</sup> Desde 1974 as ilhas Paracel encontram-se sob o domínio da China. Já as ilhas Spratly têm seu controle compartilhado por: Filipinas, Taiwan, Vietnam e, em pequeno grau, pela China. As ilhas Prata são controladas por Taiwan. Observa-se que Brunei não possui nenhuma ocupação territorial no grupo de ilhas disputados.

<sup>9</sup> Sabe-se que a China pratica atualmente uma política ativa na manutenção de seus recursos naturais. Tais recursos são entendidos como base (insumo) da sua política industrial e da sua estratégia de inserção comercial nos diversos mercados globais. Um exemplo desta política é a adoção da restrição na exportação de Elementos de Terras Raras (ETR).

Por último, é importante ressaltar a relevância geoestratégica do sudeste do mar da China. De acordo com Salles (2014), esse mar possui diversos *choke points* ou “pontos focais” que, se controlados, podem favorecer a defesa do país que os domina, minando as forças militares de outros países externos. Nessa mesma linha, Cacéres (2014), destaca que as ilhas Spratly são consideradas pelos países reclamantes como “posto estratégico” para a construção de bases navais em vias de construir uma linha de defesa e interdição, tanto em casos de intervenção inimiga quanto para controle de rotas comerciais.

Por conseguinte, as disputas pelo controle das ilhas nessa região não estão limitadas ao aspecto “soberania” para os atores. Mais do que isso, a busca pelo controle dos recursos naturais, rotas comerciais e a projeção de segurança estratégica são interesses atrelados ao domínio desses arquipélagos. Logo, de acordo com Zhou (2014), quem controla o sudeste do mar da China controla o futuro do Leste Asiático.

Os atores que participam da dinâmica de segurança são divididos em dois grupos: os atores regionais, que são os reclamantes das possessões dos territórios marítimos (China, Filipinas, Brunei, Vietnam, Malásia e Taiwan) e os atores externos (Japão, Índia e Estados Unidos), cujos interesses são pautados em questões econômicas e projeção de poder.

Dos seis reclamantes, apenas Brunei não possui presença militar em uma ou mais partes dos arquipélagos em disputa (SCHOFIELD, 2009). Na disputa pelo domínio dos territórios marítimos, os países se dispõem de ocupações geográficas, criando e fortalecendo estruturas, posicionando sua força militar na região ou por meio de exercícios militares no entorno das ilhas, bem como, através de legislações, reforço do sentimento nacionalista, presença de empresas petrolíferas, entre outros (SCHOFIELD, 2009). No tocante aos atores externos, observa-se que a atuação do Japão tem se pautado na defesa dos seus investimentos na região (o país é o maior investidor no desenvolvimento da região) e na contenção da projeção de poder militar chinês no sudeste do mar da China.

A Índia, por outro lado, possui um baixo perfil na região. No entanto, seus interesses estão atrelados à segurança do seu entorno estratégico e na sua busca por um papel mais ativo na intervenção das dinâmicas de segurança regionais (SHICUN, 2009). Por último, os EUA vêm nos últimos quatro anos consolidando-se como *pivot* na região<sup>10</sup>, influenciando tanto na dinâmica militar-estratégica dos países da região, quanto na tentativa de conter os “músculos militares” de Pequim e sua consequente projeção de poder.

<sup>10</sup> Deve-se fazer referência a publicação de textos oficiais pela Casa Branca que têm como mote principal a virada estratégica e o *pivot* dos EUA para a Ásia.

Tendo em vista que a geopolítica da região interfere consideravelmente no quadro securitário, os países do sudeste do mar da China buscam trabalhar seus interesses ambíguos e controversos por meio de diálogos multilaterais e mecanismos *check-and-balance* (SHICUN, 2009, ). Na mesma proporção, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) tem atuado na busca de consenso e na criação de confiança mútua. O resultado foi a criação, em 2002, da Declaração de Conduta das Partes no Sudeste do mar da China, em que os países reclamantes objetivam a cooperação marítima e a resolução dos conflitos na região.

A dinâmica cooperativa de segurança passou a sofrer obstáculos em meados de 2009, quando as assertividades, providas principalmente da China, eclodiram. Na próxima seção, abordaremos como se procederam as ações assertivas de Pequim e o lançamento de sua ferramenta geopolítica para o caso aqui analisado, a saber: as ilhas artificiais.

## AS ILHAS ARTIFICIAIS CHINESAS: NOVA FERRAMENTA GEOPOLÍTICA?

O contexto geopolítico do sudeste do mar da China é marcado por uma vertiginosa diferença de poder entre os atores. Essa relatividade no papel dos países influi no maior ou menor grau de interferência deles na dinâmica de segurança da região.

A China sempre foi apresentada como um ator crucial no sudeste asiático. Para Mingjiang (2009), o peso de Pequim pauta-se em três motivos. Primeiro, a China é o ator regional-reclamante mais forte do sudeste do mar da China. Conseqüentemente, suas ações influenciam na realidade da região. Em segundo lugar, as reivindicações territoriais da China sobrepõem-se a de todos os demais reclamantes. Pequim contesta a soberania de todas as ilhas do Sudeste Asiático, ou seja, a maior parte do sul do mar da China (MORAES, 2014). Outrossim, suas reivindicações “extrapolam” os chamados “nove traços”, assim como ultrapassa os limites das Zonas Econômicas Excluzivas (ZEE) dos dois grupos de ilhas disputados (Paracel e Spratly) (MORAES, 2014). Essa área projetada permitiria a China o amplo controle de rotas marítimas e reservas de recursos naturais. Por último, a China tem sido o país que mais entrou em choque diplomático ou militar com outros reclamantes<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A China entrou em conflito com o Vietnã do Sul, em 1974, pela soberania das ilhas Paracel. Já em 1988, o país entrou em conflito com o Vietnã (já unificado) pelo recife de *Fiery Cross*, nas Ilhas Spratly. Em meados de 1995, o conflito eclodiu com as Filipinas pela soberania do *Mischief reef*, nas ilhas Spratly. Essa foi a primeira vez que Pequim anexou um território de um membro da ASEAN. Por último, durante o primeiro semestre de 2012 a China anexa a região do *Scarborough Shoal*, gerando um choque com as Filipinas que quase culminou em um conflito armado. Como resultado, suas ações assertivas renderam o domínio dos territórios que hoje ela controla nas ilhas Paracel e Spratly.

Uma peculiaridade das disputas territoriais do sudeste do mar da China são seus ciclos de tensões<sup>12</sup>. Infere-se que, historicamente, esses ciclos estão ligados à mudanças nos interesses chineses nas disputas, bem como, no nível do seu poder de barganha, ou seja, a China sempre eleva o “tom das suas reivindicações soberanas e incontestáveis” quando sua percepção de ameaça aos seus interesses torna-se preocupante.

O mais recente ciclo de tensões iniciou-se em 2007. O comportamento assertivo de Pequim, mais uma vez baseado em sua forte presença militar no sudeste do mar da China, culminou no impasse com as Filipinas em 2012 e na diminuição dos diálogos multilaterais para a construção de um Código de Conduta sobre as disputas, dentro da ASEAN. O resultado foi a elevação das disputas regionais e da percepção de “ameaça” chinesa por parte dos demais reclamantes.

É pertinente destacar que a adoção da assertividade chinesa deu-se em virtude de interesses geoeconômicos. Em 2005, a China tornou-se o oitavo maior consumidor de recursos energéticos do mundo (STOREY, 2011). A dependência energética passou a ser assegurada por meio das linhas de comunicação marítimas que cortam a região do sudeste asiático. Observa-se que o domínio dessas rotas comerciais por outros atores, por intermédio do controle dos *choke noints* e das ilhas Spratly implicaria em uma ameaça potencial à segurança energética do país.

Por conseguinte, a estratégia chinesa adotada a partir de 2007 leva em consideração os cálculos de proteção a essa rotas comerciais, ressaltando a necessidade de um maior posicionamento geoestratégico e naval da China no sudeste asiático.

Logo, como aponta Yoon (2015), desde o 18º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 2012, a estratégia nacional tem passado por significantes modificações. O ponto máximo dessa mudança veio pela “política de poder marítimo”, defendido por Xi Jinping. Essa política, cuja base repousa na doutrina de Mahan, visa fortalecer suas forças navais em conjunto com os objetivos econômicos e sociais do país (YOON, 2015).

O reflexo desse novo comportamento é o projeto que Storey (2015) denomina de *terraforming* ou *reef-islandization*, ou seja, é a transformação de rochas e recifes (submersas ou não) em ilhas artificiais de porte médio (SALLES, 2015).

---

<sup>12</sup> O primeiro ciclo de tensões ocorreu durante o período da Guerra Fria em 1959 quando o Vietnã do Sul passou a desafiar a presença chinesa nas ilhas Paracel. O segundo ciclo tem início em 1970 com a corrida dos países reclamantes em assegurar um espaço nas ilhas disputadas terminando em 1988 com o conflito entre China e Vietnam. O terceiro ciclo ocorre de 1992 – com a publicação da Lei chinesa sobre as reivindicações dos territórios disputados no sudeste do mar da China- até 1994, quando a estratégia de Pequim torna-se menos assertiva. O quarto ciclo se abre em 2007 com a mudança na balança militar dos países reivindicantes, inclusive a China, e segue até os dias atuais.

O início das operações ocorreu em setembro de 2013, quando grandes frotas de dragagem chinesa foram vistas próximo às ilhas Spratly. No entanto, os protestos dos demais atores só eclodiram em 2014, quando fotos tiradas por satélite comprovaram a construção das ilhas no recife *Fiery Cross* (SALLES, 2015).

Como aponta Storey (2015), a construção das ilhas artificiais abarca sete recifes nas disputadas ilhas Spratly: *Fiery Cross; Johnson South; Cuarteron; Hughes; Gaven; Mischief e Subi Reef*. O processo conta com o desenvolvimento de infraestrutura militar e civil: cais, porto, heliporto e campos de pouso. Ainda, segundo o autor, as ilhas devem ter entre 200 e 300 metros de extensão, o que leva a China a tomar o lugar de Taiwan como maior detentor do espaço contestado nas ilhas Spratly.

A expansão das ilhas artificiais ainda prossegue em 2016, sem que Pequim aponte o real objetivo das construções. Na conferência de Kuala Lumpur em 2015, o vice-ministro das relações exteriores da China, Liu Zhenmin afirmou que as ilhas artificiais são necessárias para a defesa nacional do país, bem como servem como porto para navios comerciais e prevenção de desastres naturais (RAJAGOPALAN; METON, 2015). Atrelado a esse discurso, Pequim enfatiza que suas atividades não comprometem a liberdade de navegação ou a paz na região.

Contudo, sob a perspectiva estratégica, as ilhas artificiais se apresentam como uma ferramenta geoestratégica para Pequim. As construções permitem que a China reforce suas reivindicações soberanas, na mesma proporção em que aumentam sua presença nas Ilhas Spratly, pondo em prática seu poder naval. Nesse sentido, infere-se que a estratégia de *terraforming* faz parte da política de poder naval chinesa, convergindo com suas reivindicações de soberania e interesse econômico na região (SALLES, 2015).

A funcionalidade estratégica das ilhas artificiais se torna ainda mais concreta quando a perspectiva geopolítica chinesa sobre o sudeste do mar da China é apresentada. Conforme Salles (2015), os territórios marítimos do sudeste asiático são percebidos como “arcos concêntricos” compostos por duas cadeias de ilhas<sup>13</sup>, que teriam duas finalidades.

---

<sup>13</sup> A primeira cadeia de ilhas se inicia na península coreana e vai até o estreito de Malaca, abarcando Japão, Okinawa e Taiwan. Já a segunda cadeia parte do arquipélago japonês, passando por regiões como ilhas Marianas, Micronésia e Palau até a costa norte de Papua Nova Guiné (SALLES, 2015, p.1).

Primeiramente, o domínio desses arcos serviria como “barreira natural”, uma vez que a China é vulnerável tanto em terra quanto no mar, ou seja, o país possui uma parte relevante de sua população e desenvolvimento concentrado no litoral (MINGJIANG, 2009). No entanto, a defesa de sua costa é dificultada pela grande distância entre as ilhas disputadas e sua base naval, na ilha de Hanai (SALLES, 2015). Em segundo lugar, Pequim garantiria um domínio desse espaço estratégico de forma a ter amplo espaço de manobra para seus interesses econômicos e securitários.

Portanto, as ilhas artificiais atenderiam aos seguintes interesses chineses: 1) aumento da presença chinesa nas áreas de disputa territoriais longínquas (Ilhas Paracel e Spratly); 2) redução do tempo de reação militar chinesa no sudeste do mar da China (SALLES, 2015, p. 7); 3) criação de mais bases militares; 4) desenvolvimento das forças aéreas e navais; 5) defesa da exploração de recursos naturais e comerciais; 6) como fator de restrição e balanceamento da presença norte-americana na região.

Mesmo que as transformações dos recifes em ilhas artificiais não sejam consideradas pela Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar como geradoras de ZEE ou vantagens na disputa dos territórios marítimos, o temor crescente no sudeste do mar da China provocou diversas reações entre os atores. Enquanto Malásia e Brunei permaneceram inertes, Filipinas e Vietnã denunciaram a China, em âmbito internacional, por meio da Corte Internacional de Justiça e no Tribunal Internacional do Direito do Mar (SALLES, 2015).

Contudo, a maior reação veio dos Estados Unidos. O processo de *terraforming* rendeu uma “batalha de diálogos”, assim caracterizada por Storey (2015, p.10), que resultou na mudança da postura norte-americana em meados de 2015.

Em suma, essa mudança no jogo do sudeste asiático exacerbou a rivalidade estratégica entre EUA e Pequim, o que vem afetar o quadro de disputas na região. Na próxima seção, será apresentado como essa mudança de comportamento dos EUA – frente às ações chinesas – visa não somente a manutenção do *status quo* do sudeste do mar da China, como também a preservação dos interesses geopolíticos norte-americanos na região.

## A REAÇÃO NORTE-AMERICANA

O “pai” da teoria do poder marítimo, A.T. Mahan, destaca a importância dos oceanos e mares como espaço político e social, que

marcou a circulação e a articulação dos povos durante boa parte da história mundial (COSTA, 2008). Segundo o mesmo teórico, os EUA são uma “ilha-continente”, que deveria assegurar sua hegemonia tanto na Europa quanto no Extremo Oriente, contendo o expansionismo de quaisquer potências que viessem a ameaçar sua posição.

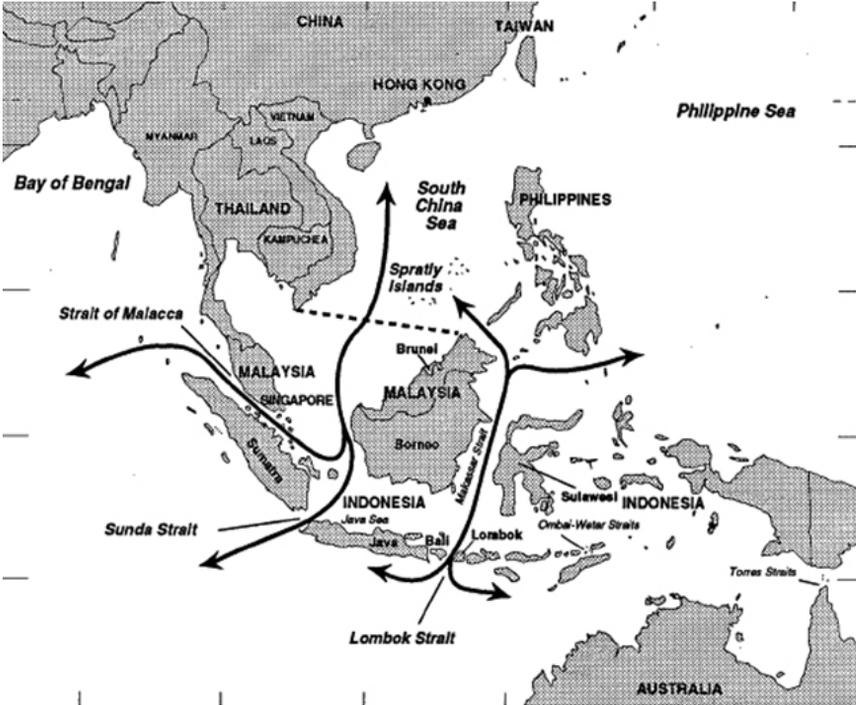
Partindo de outra perspectiva, Mackinder destaca que a importância do mar estaria conceituada no *Midland Ocean*, ou seja, um oceano central que abarcava todo o Atlântico Norte e Pacífico (MELLO, 1999). Conforme o mesmo teórico, esse conceito seria mais estratégico do que geográfico para os interesses dos EUA, tendo em vista que desfruta de um monopólio marítimo. Isso ocorre porque o país é uma “ilha continental bifronte”, cuja projeção geopolítica e interesses geoestratégicos tocam o Extremo Oriente e a Bacia do Pacífico (MELLO, 1999).

O conceito de *Midland Ocean*, neste artigo, é pensado no quadro geopolítico visualizado por Mackinder e confirmado por Mello, ou seja, na mudança do centro do poder mundial e econômico do Atlântico Sul para o Pacífico (1999). Essa mudança de eixo poderia pôr à prova o poderio marítimo e a hegemonia global norte-americana, caso o Japão emergisse como potência marítima.

No entanto, o que se observa na geopolítica atual é a ascensão da China como potência econômica e em vias de se tornar uma potência marítima. Logo, no cenário previsto por Mackinder, apenas trocam-se os atores que ameaçariam a posição dos EUA: sai o Japão e entra a China. Seguindo essa lógica, Pequim se utilizaria de seus recursos econômicos e tecnológicos para desenvolver uma marinha capaz de dominar os territórios marítimos ao seu redor e, em especial, o estreito de Málaca, considerado por Mackinder como ponto estratégico para romper com o domínio norte-americano no mar.

Trazendo para o cenário do sudeste do mar da China, observa-se que a região possui três *choke points* centrais: Estreito de Málaca; Sunda e o Estreito de Lombok Makassar (Figura 1). Esses estreitos possuem, assim, um peso relevante para os Estados Unidos, uma vez que o traslado de suas frotas comerciais e militares cruzam esses estreitos (SOKOLSKY, 2000). O peso estratégico da região se acentua quando Cáceres (2014) aponta as ilhas Spratly e Paracel como uma das mais importantes bases estratégicas do mundo. Consequentemente, o controle dos estreitos, apoiados em bases militares nesses arquipélagos, levaria o país dominante a controlar grande parte do comércio marítimo.

Figura 1: Choke Points estratégicos no sudeste do mar da China: Estreito de Malacca; Lombok e Estreito de Lombok Makassar.



Para além disso, a geografia estratégica do sudeste do mar da China é mais um desafio para a preponderância norte-americana do que uma vantagem para a região. Segundo Lind (2014), devido ao caráter naturalmente “defensivo”<sup>14</sup>, a projeção do poder naval americano só seria possível mediante uma presença naval em todas as partes do sul da China, bem como a ausência de rivais potenciais. Os EUA obtiveram êxito nessa estratégia por meio século (LIND, 2014).

<sup>14</sup>De acordo com Lind (2014) a geografia do sul do mar da China tem um caráter defensivo, ou seja, a distribuição de ilhas nesse mar dificulta um ataque anfíbio (do mar para a terra) contra os países asiáticos não banhados por esse mar. Neste sentido, as ilhas se comportam como “barreiras naturais”.

Os Estados Unidos, assim, concebem o sudeste do mar da China como área estratégica, objetivando garantir que nenhum país venha a dominar a região e, por conseguinte, ameaçar seu monopólio de poder marítimo. A aplicação desse interesse é baseada no discurso da “liberdade de navegação”. De acordo com Sokolsky (2000), os EUA têm o objetivo estratégico de manter a região afastada de qualquer ameaça militar que possa vir a comprometer a liberdade universal de navegação.

Por meio desse discurso, os EUA tornaram-se o principal ator externo de peso no sudeste do mar da China ou, como se autodenominam, ator *pivot* (ZHOU, 2015). Como *pivot*, esse país busca sempre contrabalancear a potencial ameaça na região, que no momento é a China. Segundo Cáceres (2014), o choque de interesses desses dois atores centrais na dinâmica da região, conduz os norte-americanos a posicionarem suas bases ao longo da região a fim de observar o crescimento chinês em termos militares e suas prováveis consequências para a geopolítica asiática. A lógica da baleia americana é compreensível: o aumento do poder marítimo chinês caracterizaria uma ameaça ao status de supremacia marítima dos EUA (LIND, 2014).

Assim, o crescimento da assertividade chinesa levou os EUA a lançarem a estratégia de *rebalancing*, como primeiro passo para a contenção do poder de Pequim no sudeste asiático. No entanto, com a construção das ilhas artificiais, a rivalidade sino-americana ganhou outro patamar.

Percebendo que a estratégia de *reef-islandization* garantia a China uma projeção geoestratégica e militar, os EUA se tornaram o principal crítico das construções artificiais no sudeste do mar da China. De acordo com Storey (2015), os EUA, no primeiro momento, travaram uma “batalha de discursos” com Pequim, de forma a pressionar o país por um “congelamento voluntário” de suas atividades nas ilhas Spratly.

Tendo suas reivindicações ignoradas, Washington passou a adotar uma “estratégia hostil” para conter o avanço chinês (ZHOU, 2015, p.9). A estratégia pauta-se em patrulhamentos “provocativos”, bem próximo às ilhas artificiais, de forma a pressionar Pequim a recuar em seus esforços assertivos. O primeiro patrulhamento ocorreu em outubro de 2015, seguido por mais dois no início de 2016 (PERLEZ, 2016). Em resposta, a China tem denunciado o comportamento norte-americano como “ato provocativo”, em que qualquer pequeno incidente pode conduzir a uma guerra no sudeste do mar da China (COMANDO..., 2015).

Ressalta-se que as operações de “liberdade de navegação” são tradicionais e quase sempre padrões na marinha norte-americana (BO, 2016). Sua execução, por outro lado, sempre é low-level. No caso do sudeste asiático, o comportamento hostil americano ganha preponderância. É uma ação ímpar nesse tipo de operação (BO, 2016).

Inferese assim que os patrulhamentos provocativos americanos nada mais são do que uma resposta rápida e mal calculada de conter o avanço de um potencial rival marítimo. É uma tentativa frágil de repor todo “o vazio de poder” que ele mesmo tem deixado nos últimos anos na conjuntura de segurança da Ásia. O que resta saber é se esse comportamento vai ter êxito tanto na contenção do avanço do poderio chinês quanto como “conforto” aos seus aliados na região (Filipinas e Vietnam).

Em suma, os EUA devem prosseguir com sua estratégia, cada vez mais hostil, a fim de evitar a mudança no *status quo* da região, colocando em xeque sua posição de potência marítima. O que resta saber é até que ponto a China continuará a tolerar a presença norte-americana em seu espaço marítimo (LIND, 2014).

## CONCLUSÃO

No jogo do sudeste do mar da China, a geopolítica tem um espaço importante na compreensão da dinâmica dos atores. Sua localização estratégica e suas diversas ilhas, com capacidade de base militares, conduzem a região a se comportar como área focal de projeção e disputa de poder.

Por conseguinte, inferese que as ações dos principais atores na região, China e Estados Unidos, são espelhadas nessa lógica geopolítica. Inferese assim que a criação das ilhas artificiais pela China, em conjunto com a política de poder naval dela, conduz a uma modificação na geopolítica da região. De fato, Pequim ganha pontos, seja em projeção de poder ou em termos estratégicos militares, independente de se ocultar a real utilidade das ilhas. No mais, a forma com que a China se utilizará dessa vantagem geoestratégica vai depender não só de como seus vizinhos vão responder, mas também de como os Estados Unidos vai agir.

Ao menos nesse primeiro momento de expansão das ilhas, a China deve buscar contrabalançar essa expansão – tida como assertiva – a um discurso mais *soft* que vise “tranquilizar” os demais atores.

Por outro lado, os Estados Unidos se encontram em uma situação

mais delicada. Mesmo com o apoio de boa parte dos membros da ASEAN e do Japão, as ilhas artificiais tornaram-se um temor que virou realidade. As construções estão avançando e a China – mesmo com toda limitação tecnológica militar – não é mais tão limitada em termos de força naval. No mais, os EUA estão sendo afetados pelos próprios erros, ao deixar de lado o sudeste asiático e apenas retornar quando o barril de pólvora na região já estava montado. Cabe agora a Washington reavaliar sua estratégia de *rebalancing* diante do novo cenário que Pequim está montando no sudeste do mar da China, em vias de evitar que o seu monopólio de poder marítimo seja roubado devido a uma simples construção artificial.

# NORTH-AMERICAN REACTION TO THE BUILDING OF CHINESE ARTIFICIAL ISLANDS

## ABSTRACT

---

This article aims to understand to what extent the construction of Chinese artificial islands affect the geopolitical interests of the United States in the Southeast China Sea. It is argued that these constructions, together with the naval power policy implemented since 2012 by Xi Jinping's government, threaten the monopoly of the US maritime power and control of a major trade and energy routes in the world.

**Keywords:** Geopolitics. United States of America. China. Southeast China Sea.

## REFERÊNCIAS

BO, Hu. What's behind US military moves in the south China sea?. *The diplomat*, Tokyo, 01 Apr. 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/04/whats-behind-us-military-moves-in-the-south-china-sea/>> Acesso em: 14 abr. 2016.

CÁCERES, Sifrido Burgos. *China's Strategic Interests in the South China Sea*. New York: Routledge, 2014. v.1.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

COMANDO naval chinês diz aos EUA que mínimo incidente pode provocar guerra no mar do sul da China. *DEFESANET*, 30 out. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/20703/Comando-naval-chines-diz-aos-EUA-que-minimo-incidente-pode-provocar-guerra-no-mar-do-Sul-da-China/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

GOLDSTEIN, Avery; MANSFIELD, Edward (Ed.). *The Nexus of Economics, Security and International Relations in East Asia*. Stanford: Stanford University Press, 2012.

KAPILA, Subhash. South East Asia: strategically the great game is in swing. *South Asia Analysis Group*, United States. Paper n. 5315, 28 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.southasiaanalysis.org/node/1077>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

LIND, Jennifer. Geography and the Security Dilemma in Asia. In: PEKKANEN, Saadia M.; RAVENHILL, John; FOOT, Rosemar (Ed.). *Oxford handbook of the international relations of Asia*, Nova York: Oxford University Press, 2014. v.1, p. 719- 736.

MAJID, Munir. Forging a Regional Strategy. LSE IDEAS, *London*, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/SR015.aspx>>. Acesso em: 21 jan. 2016

MAHAN, Alfred Thayer. *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*. 1897. Disponível em: <<http://www.classicly.com/download-the-interest-of-america-in-sea-power-present-and-future-pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem Medo da Geopolítica?*. São Paulo: Edusp, 1999. v.1.

MINGJIANG, Li. China's South China Sea dilemma, balancing sovereignty, development, and security. In: BATEMAN, Sam; EMMERS, Ralf. *Security and international politics in the South China Sea, towards a cooperative management regime*. New York: Routledge, 2009, p. 26-154.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. A ascensão naval chinesa e as disputas territoriais marítimas no Leste Asiático. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Rio de Janeiro, mar. 2015. (Texto para discussão, 258).

PERLEZ, Jane. U.S Challenges China's Claim of Islands With Maritime Operation. *The New York Times*, New York, 30 Jan. 2016. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2016/01/31/world/asia/us-challenges-chinas-claim-of-islands-with-maritime-operation.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2016/01/31/world/asia/us-challenges-chinas-claim-of-islands-with-maritime-operation.html?_r=0)>. Acesso em: 03 fev. 2016.

RAJAGOPALAN, Megha; MENON, Praveen . South China Sea: Beijing says it won't stop building on artificial islands. *The Sydney Morning Herald*, Sydney, 22 Nov. 2015. Disponível em: <<http://www.smh.com.au/world/south-china-sea-beijing-says-it-wont-stop-building-on-artificial-islands-20151122-gl55j0.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016

SALLES, Felipe Abreu. Reef- islandization: a estratégia chinesa para o controle do Mar do Sul da China. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5, 2015. Belo Horizonte. *Painel...* Belo Horizonte, PUC Minas, 2015. p.

SCHICUN, Wu. Commentary: a regional perspective on South China Sea passage security. In: SCHICUN, Wu.; KEYUAN, Zou. (Ed.). *Maritime Security in the South China Sea*. Grã-Bretanha: ASHGATE, 2009. p. 99-106.

SCHOFIELD, Clive. Dangerous Ground: a geopolitical overview of the South China Sea. In: BATEMAN, Sam; EMMERS, Ralf (Ed.). *Security and international politics in the South China Sea, towards a cooperative management regime*. Estados Unidos: Routledge, 2009. v. 1, p.7-24.

SOKOLSKY, Richard. *The role of southeast Asia in U.S strategy toward China*. Estados Unidos: RAND, 2000.

STOREY, Ian. China's terraforming in the spratlys: a game changer in the South China Sea?. *ISEAS Perspective*, v. 29, p. 1-12, 2015.

STOREY, Ian. *Southeast Asia in the rise of China, the search for security*. Estados Unidos: Routledge, 2011.

YOON, Capitan Sukjoon. Implications of Xi Jinping's "True Maritime power": its context, Significance, and Impact in the Region. *New War College Review*, v. 68, n. 3, p. 40-63, 2015.

ZHOU, Weifeng. China's Growing Assertiveness in the South China Sea. *The Elcano Royal Institute*, 5 Nov. 2015. Disponível em: <[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano\\_en/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_in/zonas\\_in/ari60-2015-chinas-growing-assertiveness-in-the-south-china-sea](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_en/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/ari60-2015-chinas-growing-assertiveness-in-the-south-china-sea)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

Recebido em: 20/04/2016

Aceito em: 06/03/2017

